



ATA N.º 23/2020

Aos quatro de novembro de dois mil e vinte, reuniu a Câmara Municipal de Arraiolos, na sala de reuniões do edifício dos Paços do Concelho, em que estiveram presentes:

PRESIDENTE:

Sílvia Cristina Tirapicos Pinto

VEREADORES:

Jorge Joaquim Piteira Macau

João Paulo Goulão Campos

António Francisco Correia Traguedo

Delfina Bárbara Correia dos Santos Lima

HORA DE ABERTURA:

A sr^a. Presidente declarou aberta a reunião, pelas quinze horas e trinta minutos.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

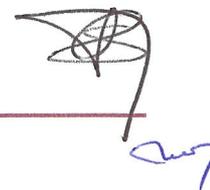
A) Proposta de aprovação de ata:

Nos termos do n.º 2 do art.º 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, e n.ºs. 2 e 4 do art.º 34.º do Código do Procedimento Administrativo, foi aprovada, por unanimidade, a ata nº 22, da reunião realizada a 23 de outubro do corrente ano.

Na apreciação foi dispensada a leitura por ter sido, antecipadamente, distribuída a todos os membros presentes.

B) Intervenções dos Membros do Executivo (artigo 52.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro):

Usando da palavra o sr. Vereador Traguedo alertou para as dificuldades das IPSS relativamente aos materiais de proteção à COVID-19 questionando quando se prevê a entrega de novos EPI's, alegando que a Associação que dirige tem o stock muito baixo necessitando de ser reforçado.



1.3. ZONA INDUSTRIAL DE ARRAIOLOS – ANULAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO DE LOTES:

Pela sr^a. Presidente foi apresentada uma informação do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Económico em que descreve a situação dos lotes n.ºs. 40 e 41A da Zona Industrial de Arraiolos, atribuídos por deliberação da Câmara Municipal de 22/01/2003 e 28/09/2006 às empresas Raio – Hotelaria, Electricidade e Climatização, Ld^a. e Reciclagem Eborense, Ld^a, respetivamente, propondo a anulação das atribuições, dado terem sido ultrapassados todos os prazos legais constantes no Regulamento de Cedência de Lotes da Zona Industrial de Arraiolos.

Após apreciação do assunto a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o proposto.

O sr. Vereador Traguedo questionou sobre o número de lotes disponíveis no loteamento, ao que o sr. Vereador Jorge Macau respondeu que de momento não havia qualquer lote disponível, de qualquer forma do levantamento efetuado pelos serviços verificou-se a existência de mais lotes que não têm qualquer construção, no entanto, dada a existência de escritura torna-se um processo mais complexo.

2. Administrativa e Financeira:

2.1. APRECIACÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA:

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário de tesouraria datado de três de novembro de dois mil e vinte, cujo total de disponibilidades é de 2.557.626,32€ (dois milhões, quinhentos e cinquenta e sete mil seiscentos e vinte e seis euros e trinta e dois cêntimos), sendo: *dotações orçamentais* – 2.555.868,14€ (dois milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e sessenta e oito euros e catorze cêntimos) - *dotações não orçamentais* – 1.758,18€ (mil, setecentos e cinquenta e oito euros e dezoito cêntimos).

3. Gestão Estratégica, Sócio e Educativa:

3.1. EDUCAÇÃO:

Atendendo às informações da chefe da DGESE, a Câmara aprovou, por unanimidade os seguintes Protocolos:

- *Protocolo de Colaboração com a Santa Casa da Misericórdia de Vimieiro* cujo objetivo será o acompanhamento e vigilância dos alunos da EB1 de Vimieiro, bem como assegurar o apoio ao refeitório escolar da mesma escola, tendo um encargo de 13.000,00€, sendo transferido, a título de subsídio mensal no valor de 1.300,00€ (de setembro de 2020 a junho de 2021).
- *Protocolo de Colaboração com a Associação de Idosos e Reformados da Freguesia do Sabugueiro* cujo objetivo será o apoio, acompanhamento e vigilância dos alunos da EB1 e Jardim de Infância de Sabugueiro, bem como assegurar o apoio ao refeitório escolar dos mesmos, tendo um encargo de



Referiu ainda que independentemente da iniciativa de Natal, aprovada na última reunião, julga que a C. M. poderia incentivar mais a população a apostar no comércio local, como forma de ajudar os comerciantes e a economia local sugerindo a criação de vouchers, que seriam entregues a partir de um determinado valor de compras, sendo posteriormente os mesmos descontados nas lojas locais.

A sr^a. Presidente informou que os serviços já iniciaram o procedimento para se proceder à aquisição de nova quantidade de EPI's. Referiu ainda que a iniciativa aprovada têm o mesmo fim da sugestão apresentada.

O sr. Vereador Tragedo esclareceu que não era igual, pois a iniciativa aprovada está sujeita a um sorteio final e a sua sugestão seria entregue quando atingisse o valor estipulado, o que levaria a abranger muito mais pessoas e a apoiar todos os comerciantes do concelho.

II - ORDEM DO DIA

1. Presidência:

1.1. PONTO DA SITUAÇÃO DO COVID-19:

A sr^a. Presidente informou que segundo os dados da Autoridade de Saúde a situação do surto COVID 19 no nosso concelho conta, atualmente, com um total de 29 casos, dos quais 3 estão ativos e 26 já recuperaram, sublinhando que a C. M. continua atenta a toda a evolução da situação e disponível para prestar todo o apoio que se julgue necessário.

Referiu que já foram distribuídas máscaras a toda a população do concelho, enaltecendo o empenho e a solidariedade das voluntárias e funcionárias na confeção das mesmas, que segundo os dados até ao momento foram distribuídas 19.000. Informou ainda que os serviços continuam a dinamizar um conjunto de atividades com crianças que estão confinadas em casa, via on-line, e a disponibilizar aos pais que manifestem interesse um projeto educativo.

O sr. Vereador Tragedo manifestou uma grande preocupação como toda a situação.

1.2. PEDIDO DE PARECER - ESCALA DE TURNOS DAS FARMÁCIAS:

Submetido à reunião um pedido de emissão de parecer da Administração Regional de Saúde do Alentejo, relativamente ao calendário das farmácias de serviço localizadas na área do concelho, para o ano de 2021.

Analisada a documentação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável.



13.000,00€, sendo transferido, a título de subsídio mensal no valor de 1.300,00€ (de setembro de 2020 a junho de 2021).

Os encargos foram devidamente cabimentados pelo serviço financeiro, com os n.ºs. 1642 e 1643.

3.2. SUBSÍDIOS:

Foram presentes à reunião as seguintes propostas emitidas pela DGESE:

- Participação, a título de subsídio, no valor de 510,09€, a transferir para a CIMAC relativa à candidatura "programa ColorADD nas Escolas", sendo 272,62€ relativo ao ano letivo 2020/2021 e 237,47€ ao ano 2021 /2022. A candidatura foi efetuada pela CIMAC em parceria com a Fundação Eugénio de Almeida e a ColorADD, cujo programa tem como missão/preocupação o daltonismo e destina-se aos alunos do 3º ano do 1º ciclo, visa a prevenção no bolling nas escolas, bem como a promoção de uma maior igualdade de oportunidades.

O programa resume-se a 5 atividades: Ações de sensibilização a toda comunidade escolar e crianças; Rastreamento ao daltonismo às crianças de 3º ano; Uma atividade com as crianças "Ver e sentir as cores" com óculos que simulam a visão do daltonismo; Tornar as bibliotecas inclusivas, pela cor, através da catalogação de todos os livros existentes, introduzindo o código ColorADD; Medição do impacto, através de um teste feito às crianças e verificando qual a influência positiva.

- Participação, a título de subsídio, no valor de 10.756,10€, a transferir para a CIMAC para aquisição de fundo documental no âmbito do Projeto "Ler e Crescer em Família", do seguinte modo: ano 2020 – 5.003,05€ e 2021 – 5.753,05€;
- Participação, a título de subsídio, no valor de 4.015,92€, correspondendo à componente do Projeto Intermunicipal "inclusão pela Cultura" estando previstas a realização de ações no concelho no âmbito de 3 vertentes culturais: a música, a dança e a vertente áudio-visual, a transferir para a CIMAC do seguinte modo: Ano 2020 – 233,44€ e Ano 2021 – 3.782,48€

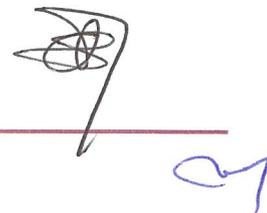
As propostas foram devidamente cabimentadas com os n.ºs: 1634, 1632 e 1637, respetivamente.

4. Gestão Urbanística:

4.1. PROJETOS DE ARQUITETURA:

Presentes à reunião os seguintes processos:

- *Processo n.º 111/1998*, em nome de Santa Casa da Misericórdia de Arraiolos, requerendo aprovação do projeto de arquitetura relativo à alteração e ampliação de edifício destinado a centro



de dia para Estrutura Residencial para pessoas idosas no Largo do Matadouro Velho (Hospital) – Arraiolos.

Tendo em conta o parecer técnico do responsável da Gestão Urbanística – DAUSUA, datado de 2020/11/02 a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto condicionado ao exposto no dito parecer.

- *Processo n.º. 11/2007*, em nome de Associação de Reformados de Santana do Campo, requerendo aprovação do projeto de arquitetura relativo à alteração e ampliação de edifício destinado a centro de dia para Estrutura Residencial para pessoas idosas, sito no Loteamento Municipal Herdade da Adua, Lote D – Santana do Campo.

Tendo em conta o parecer técnico do responsável da Gestão Urbanística – DAUSUA, datado de 2020/11/02 a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto condicionado ao exposto no dito parecer.

- *Processo n.º. 20/2020*, em nome de Elisiário Joaquim Marcelino Borralho requerendo aprovação do projeto de arquitetura relativo à construção de edifício destinado a habitação, no Bairro Serpa Pinto – Arraiolos.

Tendo em conta o parecer técnico do responsável da Gestão Urbanística – DAUSUA, datado de 2020/11/04 a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos, dado cumprir as obrigações legais e regulamentares aplicáveis.

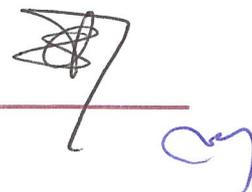
- *Processo n.º. 26/20* em nome de João Carlos Leal Ai Ai, requerendo aprovação do projetos de arquitetura relativo à demolição e reconstrução de edificação destinada a habitação na Rua de Évora, em Igrejinha.

Tendo em conta o parecer técnico do responsável da Gestão Urbanística – DAUSUA, datado de 2020/09/08 a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos, dado cumprir as obrigações legais e regulamentares aplicáveis.

4.2. PROJETOS DE ESPECIALIDADES:

Submetido o *processo n.º. 39/2019*, em nome de Maria de Jesus Rodrigues Vieira Lizardo - referente à alteração de uma garagem/armazém existente de modo a obter um estabelecimento comercial “Drogaria”. Na Rua Lima e Brito, n.º. 4 – Arraiolos.

Tendo em conta o parecer técnico do responsável da Gestão Urbanística – DAUSUA, datado de 2020/10/19, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os projetos, dado cumprirem as obrigações legais e regulamentares aplicáveis.



4.3. PROJETO DE LEGALIZAÇÃO:

Apresentado o *Processo n.º 28/2014*, em nome de Carlos Manuel Duarte Jerónimo, relativo ao projeto de legalização da obra de ampliação e alteração de edifício destinado habitação em obra executada sem o licenciamento na Rua Joana de Brito Calhau, 50 – Carrascal.

Tendo em conta o parecer técnico do responsável da Gestão Urbanística – DAUSUA, datado de 2020/11/03, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto, dado cumprir as obrigações legais e regulamentares aplicáveis.

Face ao exposto nos referidos pareceres, a Câmara tomou conhecimento que as situações são passíveis de instauração de processo de contra-ordenação, conforme previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 98.º (realização de operações urbanísticas sem o respetivo alvará de licenciamento).

4.4. AUTORIZAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DE HIPOTECA – CERTIDÃO:

Submetido o processo n.º 4272019 em nome de Filipe Miguel Chaveiro Mirador em que requer autorização para a constituição de hipoteca sobre o lote de terreno n.º 41 sito na Rua dos Combatentes da Grande Guerra Colonial – Igreja.

Tendo em conta a informação/parecer emitido pelo responsável da Gestão Urbanística – DAUSUA, em 03/11/2020, a Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o pretendido.

III – APROVAÇÃO DE MINUTA:

Para que todas as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no n.º 4 do art.º 57 da Lei 75/2013, de 12 de dezembro, foi aprovada, por unanimidade.

IV – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Esgotado os pontos da Ordem de Trabalhos propôs a sr.ª Presidente que o horário do atendimento público fosse antecipado, dado estar presente o munícipe, sr. Amaro Correia, dando a palavra ao mesmo.

O sr. Amaro Correia lembrou que esteve presente nalgumas reuniões da C. M. e após consultar as atas ficou perplexo visto não constar qualquer referência à sua presença e por conseguinte às questões colocadas nas mesmas, assim como, as respostas que foram prestadas, salientando ser fundamental que fique registado tudo o que se passa nas reuniões.



Referiu que nos últimos dias têm ocorrido alguns incidentes relacionados com a estrada de acesso ao Valbom, uma vez que os serviços da C. M. invadiram a sua propriedade para abertura de vala sem o seu consentimento, indicando as áreas que constam no cadastro como sendo proprietário, alegando que a C. M. nunca fez qualquer levantamento topográfico da zona, vindo a retirar e alterar marcos existentes, o que levou a beneficiar proprietários e a prejudicar outros, como têm sido o seu caso.

A sr^a. Presidente respondeu que todas as atas da C. M. refletem o que passou nas respetivas reuniões e nunca foi omitido qualquer intervenção, pelo que, nas atas em questão está expresso todas as deliberações tomadas e intervenções ocorridas.

Quanto à situação dos terrenos da zona esclareceu que a C. M. nunca invadiu qualquer propriedade, apenas utilizou um caminho considerado público para abertura de vala para abastecimento de água a uma das propriedades, no entanto, é uma situação que nos transcende levando a ser tratada noutras instâncias.

O sr. Amaro Correia referiu ter verificado as atas constantes no site da C. M. e nada consta, ao que a sr^a. Presidente respondeu que as referidas atas não podem constar indicação da presença, uma vez que não esteve presente nas reuniões.

E, não havendo mais nada a tratar foi declarada encerrada a reunião, pelas dezasseis horas e trinta minutos, de que se lavrou a presente ata, que, após a sua leitura foi aprovada, por unanimidade, sendo assinada pela Sr^a. Presidente e por mim *Maria Manuel M. Pereira Boieiro* (Coordenadora Técnica do GRIC), que a redigi e subscrevi.

A Presidente da Câmara Municipal,

A Coordenadora Técnica,